

HISTÓRIA ORAL BASEADA EM REUNIÕES

Magdalena Almeida

Professora da Universidade de Pernambuco

Doutoranda pelo PROPED UERJ

magdalenaalmeida@gmail.com

Este texto tem como finalidade promover uma reflexão acerca da utilização exclusiva da entrevista como parte da chamada história oral, técnica que oferece suporte à produção historiográfica, a partir da coleta de depoimentos. O uso de depoimentos é recurso utilizado nas ciências humanas, de modo geral, e na produção historiográfica da atualidade, particularmente.

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações (Delgado, 2006: 15). Norteadas por este conceito, a idéia é tratar um encontro de comunidades remanescentes de quilombos, no município de Garanhuns, em 2005, como exemplo de alternativa à entrevista de história oral, a ser tratado como fonte de trabalho para o historiador. Noutra perspectiva, a coleta de discursos, sem identificação de origem e sem compromisso formal de doação, incluída no texto escrito, produzido pelo historiador, faz parte do debate proposto.

Como técnica que produz fontes, a história oral carrega alguns problemas relativos à coleta de depoimentos que podem torná-los discutíveis, em termos de sua confiabilidade como fonte de pesquisa. Considere-se que a crítica aos relatos orais deve constituir-se em instrumento de investigação das suas próprias condições de produção – o lugar social em que a pesquisa está circunscrita –, como se procede com as demais fontes (Guimarães Neto, 2006: 46).

A entrevista individual é uma forma de coleta de depoimentos, mas a fonte de pesquisa, baseada na oralidade, pode ser construída além da entrevista individual. Concebo uma possibilidade de interpretação de depoimentos, através da utilização de registros de reuniões, na forma de atas, ou da captura de falas sem compromisso formal com sua doação, amparado ou não no anonimato de quem diz. A base desta discussão é a captura de discursos que o pesquisador identifique como relacionados ao seu objeto de

estudo, ainda que estes discursos não integrem um conjunto sistematizado de fontes ou não faça parte de um projeto, cujo resultado passe a caracterizar um acervo colecionado que ofereça respostas a quem pesquisa.

O que dizer da captura de idéias que circulam na sociedade, por quem pesquisa? As idéias, necessariamente, não representam uma visão social, mas são indícios de como os indivíduos conduzem suas vidas e suas atitudes, resultantes, elas mesmas, do conjunto das interações estabelecidas em sociedade, que incluem relações de poder. Por outro lado, pouco ou nada se pode avaliar, em termos da autoria das idéias defendidas por um escritor, no texto que produz. É fato, embora nem sempre declarado, que o escritor atuante nas humanidades, seja ele historiador, jornalista ou literato, tem na sociedade seu principal laboratório. Defendo a assunção, pelo historiador, da coleta de informações a partir da sociedade, considerando que as idéias expressas por um indivíduo não são fruto de sua criação individual ou isolada, mas do conjunto das relações que acumulou ao longo de sua existência, estejam elas articuladas com a vida particular ou com a vida pública, sejam elas teóricas ou experimentais.

Desde sua introdução no Brasil, em fins dos anos de 1970, a história oral é vista como um conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo e utilização de memórias gravadas para servirem de fonte primária a historiadores e cientistas sociais. A técnica, em si, consiste de entrevistas devidamente guiadas pelo historiador (Corrêa, 1978: 13). A considerar o conceito de Delgado, citado no parágrafo inicial, em quase trinta anos, pouco mudou em termos do que se considera história oral.

Complementando seu conceito, Carlos Humberto Corrêa visualiza um diferencial no trabalho do historiador, quando confrontadas a entrevista em história oral e a entrevista jornalística: a história oral difere da entrevista jornalística porque não visa sua utilização imediata, difere porque as técnicas de condução da entrevista são próprias e porque ao jornalista falta perspectiva histórica, o que não deve faltar ao historiador (Corrêa, 1978: 13).

Na busca de legitimação da história oral como parte da metodologia de pesquisa histórica tentava-se distinguir o caráter noticioso atribuído ao trabalho do jornalista pela natureza do depoimento coletado, para o historiador. Parte interessada na criação de fontes, o historiador se encarrega de uma produção que, mais do que informativa, pretende ser um canal para produção e circulação de conhecimento historiográfico. O paralelo entre o jornalístico e o noticioso parecia, na década dos setenta, ser uma

ameaça à confiabilidade da história oral, tanto que, genericamente, se atribuía ao profissional de jornalismo uma falta de perspectiva histórica, obrigação devida e restrita ao historiador, segundo o parecer de Corrêa.

Responsabilidade de quem pesquisa

A pesquisa, compreendida tradicionalmente, visou constatações que, baseadas na empiria, podiam tornar-se leis para promoção do conhecimento científico. Ao pesquisador, sempre coube o papel de revelar publicamente os resultados de seus experimentos, por meio de sua observação descritiva e análise, fosse ela quantitativa ou qualitativa.

Em nome da neutralidade axiológica, o racionalismo científico defendeu a isenção daquele que, como analista, fala do seu objeto de análise. No momento em que a visão de quem pesquisa se desloca da objetividade para uma subjetividade representada pela emissão de pareceres na primeira ou na terceira pessoa do singular – não mais no plural – esta neutralidade, não só está ameaçada, como perde o sentido. O pesquisador, hoje, se faz sujeito e objeto de sua pesquisa.

Considerada a possibilidade do pesquisador em ciências humanas ser um condutor de conhecimento, apenas obstaria à captura de informações a ausência de doação expressa, autorização pela assinatura, que pode apresentar inúmeras formas: assinatura manuscrita, chancela por uma categoria, registro por um texto publicado ou gravação de um depoimento. É preciso ter clareza ao distinguir a produção do pesquisador que publica do depoimento fornecido pelo entrevistado. A assinatura, mais do que testemunho, assim como o documento escrito, é comprovação que demonstra, por confirmar, a fala do pesquisador sobre seu objeto de estudo. O pesquisador nem sempre a apresenta no texto que produz (até pela necessidade de síntese do texto historiográfico), mas a mantém em seu poder, como medida de segurança para eventuais questionamentos sobre suas assertivas e sobre o que foi divulgado como fala do depoente.

Em história oral, o recurso a um roteiro básico de pesquisa, para coleta de depoimentos baseados na história de vida do depoente ou na temática de um projeto, é necessário e condicionado a possíveis alterações no decorrer de cada entrevista, o que as fará constituírem-se documentos únicos.

O depoimento pode se deslocar do modelo da entrevista formal e de duração estendida, utilizando-se como alternativa a enquete, migrante da pesquisa social que originalmente visa produzir estimativas quantitativas, gerando conclusões para o conhecimento que se quer científico. Com a enquete, obtém-se objetividade e prontidão nas respostas, com a opção de gerar estatísticas, demonstrando, qualitativamente, a visão que um coletivo de entrevistados tem de aspectos relativos ao objeto estudado, estabelecendo-se um cômputo geral e sua relação com os objetivos específicos almejados, ainda que a entrevista seja baseada em uma ou duas questões que suscitem breve resposta. Mas também é possível identificar as falas individuais como reflexo de memórias individuais vinculadas a uma coletividade.

Este deslocamento da enquete não deixa de ser uma inovação metodológica para qualquer projeto que tenha na história oral um suporte técnico para pesquisa e análise de narrativas individuais, possibilitando observar o modo como elas se colocam na relação com o coletivo, sem a necessidade de gravação de um longo depoimento, que certamente terá sua maior parte desconsiderada no resultado da pesquisa, não em termos de idéias, mas no sentido do texto produzido. A enquete abriga caráter intencional.

Esta possibilidade remete ao que se chama história oral híbrida (Meihy e Holanda, 2007: 129), quando fontes de origem e natureza diversa são contrapostas com intuito analítico. A diferença é que as fontes analisadas são depoimentos colhidos de narradores diferentes em situações distintas: individual e coletivamente; incluindo compromisso com doação ou não, o que caracteriza a formalidade ou não do depoimento. Este pode ser cedido voluntariamente ou capturado pelo historiador numa situação casual e inserido como produto de pesquisa que ilustra sua argumentação ou a fortalece.

A história oral híbrida pressupõe o contraponto entre o depoimento e outras formas de registro, confirmando o que diz o depoente. Como, ao pesquisador, especialmente ao historiador, cabe questionar, sempre, nada impede este procedimento, em nenhuma circunstância, ainda que as fontes não sejam reconhecidas como instituídas pelos segmentos de produção historiográfica. Atente-se que a questão passa pelas fronteiras estabelecidas para a produção de conhecimento, fragmentadas dentro de um segmento da historiografia que é a criação intencional de fontes de pesquisa.

Os critérios para escolha dos entrevistados são estabelecidos pelo historiador, no decorrer do seu cronograma de pesquisa, quando se utiliza da história oral. Da mesma

maneira, ele pode definir quais falas dizem respeito ao seu projeto de pesquisa. Como elemento externo ao objeto pesquisado, o pesquisador pode ter sua história pessoal vinculada à natureza dos espaços por onde circula, podendo interferir em discursos alheios, mas seu olhar de estudioso, a partir de objetivos especificamente definidos, estabelece a distinção entre o que integrará ou não seus resultados de pesquisa.

A simples entrada de um pesquisador numa comunidade, para observá-la, sinaliza para influências sobre o objeto pesquisado. Tal influência não pode ser negada: penso que deve ser considerada como variável no processo do estudo que, entretanto, não obriga ao descarte das percepções capturadas por quem pesquisa.

E se escrever é, antes de mais, produzir um texto, a operação oral (contar, falar) também não deixa de ter uma relação primeira com a produção de textos e discursos estratégicos. Enfim, deve-se assinalar a importância de se levar em conta o relato oral como um texto onde se inscrevem desejos, reproduzem-se modelos, apreendem-se fugas; em suma, um texto passível de ser lido e interpretado e, da mesma forma, um texto articulador de discursos (Guimarães Neto, 2006: 47).

A intuição acaba sendo um elemento presente na prática dos pesquisadores, pois quem trabalha com quem se expressa, trabalha com o que se apresenta a quem assiste. Na coleta do depoimento oral, o entrevistado pode ser traído por seus próprios anseios e enveredar por caminhos que julgue interessar ao pesquisador. É diferente no diálogo espontâneo: os pareceres são expressos, simplesmente. Avaliar o que o ouvinte pensa é sempre uma possibilidade para quem emite um discurso e pode alterar o produto de qualquer fala. Mas não inviabiliza o uso de uma narrativa apresentada num diálogo informal, pelo historiador.

Dois aspectos envolvem o depoimento: o técnico, relativo aos equipamentos utilizados, seu manuseio e qualidade na reprodução das falas e o de conteúdo, vinculado ao modo como, uma vez produzido o depoimento, ele pode adquirir, não apenas um formato divergente do produzido originalmente, como também ser gerador de sentidos que têm na memória e nas lembranças o principal elemento recursivo. Neste aspecto, o processo construtivo da fonte oral relacionado aos interesses do entrevistador e do próprio depoente, (...) supera a questão meramente técnica (Guimarães Neto, 2006, 46).

A reunião tratada a seguir foi consignada. Outros encontros, não consignados, são fontes: seminários, colóquios, congressos, já que o registro de textos, cuja apresentação oral difere da escrita, existe. Anais são, como as atas, importantes formas

de registros e fontes auxiliares – quando não basilares – para produção de conhecimento historiográfico. Ora, se a história é o campo de conhecimento que acolhe a narrativa, tanto oral quanto escrita, segundo critérios de ordenação temporal (Guimarães Neto, 2006: 47), não há o que impeça a utilização do debate ocorrido em um programa de rádio ou num *chat*, via internet. A doação efetiva das falas individuais em cada encontro certamente não ocorrerá. Mas, uma vez tornadas públicas por veículos cujo produto é de livre acesso, podem ser objeto de captura pelo historiador, se ele perceber como indício que fortalece sua argumentação, num seu projeto de pesquisa. Neste caso, o historiador, mais do que condutor do conhecimento, passa a ser, ele mesmo, testemunho que abaliza suas fontes. Poderia falar da questão da história do tempo presente como um problema para a historiografia e da vinculação entre a produção narrativa como produto do trabalho do historiador que se aproxima da literatura, mas não é este o ponto.

Estou trabalhando com história oral originária de depoimentos intencionais e conscientemente fornecidos pelo depoente como material a ser transformado em fonte de pesquisa, mas também tratando a possibilidade de um tipo de coleta, em certa medida aleatória, de informações que fortalecem o argumento de quem pesquisa, mais baseado em critérios estabelecidos pela mobilização do seu próprio pensar, em função do seu objeto de estudo.

Um exemplo

História oral é aporte metodológico para pesquisa histórica que se utiliza de depoimentos, quase sempre individuais, gravados e transcritos. Proponho um debate sobre alternativas no formato de registro oral.

Como exemplo para este debate, apresento reunião ocorrida no dia 09 de março de 2005, no agreste de Pernambuco¹. As comunidades Castainho, Timbó, Estrela, Estivas e Caluête compareceram com um ou dois representantes. O resultado oferece uma panorâmica descritiva da vida em comunidades remanescentes de quilombos, sistematizado com prevalência da opinião de representação das comunidades. Deliberou-se pela forma como identificaríamos problemas comuns às comunidades. Asseverou-se que seria elaborado um quadro com três colunas: problema, cenário atual

¹ Os resultados da reunião foram apresentados, pela autora, no I Encontro das Comunidades Remanescentes Quilombolas de Garanhuns, promovido pela Prefeitura de Garanhuns, na cidade, em 20 de novembro de 2006.

e transformações propostas. Questões abordadas: educação, saúde, abastecimento d'água, infra-estrutura (transporte, estrada, saneamento, comunicação), questão fundiária, agricultura, geração de renda, assistência social, cultura, esportes e lazer, sem preocupação em hierarquizá-los. O registro tem caráter descritivo, mas sinaliza para possibilidades de caracterizar a vida nos grupos estudados, servindo como orientação a quem pesquisa, de acordo com o objeto de estudo que escolher para ser analisado.

O registro do encontro de 2005 é documento por ter produto escrito e porque representa os interesses e as falas expressas pelos presentes à reunião. Como tinha um propósito de encaminhamento, ao pretender-se como reclamo, por um grupo, dos problemas que o afetavam, o registro sistematizado tornou-se imprescindível. Para registro, foi necessário sistematizar as propostas para documentar e, embora houvesse representação de instituições e das comunidades envolvidas, não havia assinatura individual formal: a presença das representações comunitárias e os acordos do momento foram atos confirmativos de concordância com os pleitos então identificados, tornado público com a anuência dos presentes. A reunião foi consignada, pelo coletivo, para negociação do seu produto pelas lideranças que fariam parte do evento em que seriam devidamente entregues às instituições de onde se buscava solução para as questões identificadas.

Distante 225 km de Recife, capital de Pernambuco, situa-se Garanhuns, considerada cidade pólo para a região do chamado agreste meridional pernambucano que, segundo contagem populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>), de 2007, possui 124.996 habitantes; dados de 2004 indicam que 14.314 vivem na zona rural. Nesta, situam-se as comunidades que se reconhecem remanescentes de quilombo. São seis, as que pertencem ao município de Garanhuns, localizadas na periferia da cidade: Castainho, Timbó, Estrela, Estivas, Caluê e Tigre.

As informações a seguir foram sistematizadas a partir da reunião mencionada acima, realizada na sede da Comissão Pastoral da Terra – CPT Garanhuns, localizada no bairro do Indiano e não contemplam a comunidade Tigre: naquela ocasião, a comunidade ainda não se revelara como parte do conjunto de quilombolas, que hoje se querem quilombos, da região. Este encontro contou com a presença de representantes de instituições, entidades e de algumas lideranças comunitárias, com o objetivo de gerar documento para exposição de demandas a serem apresentadas aos representantes do

governo federal no lançamento do Projeto Arca das Letras na região, que aconteceu no dia 11 de março de 2005. A identificação dos presentes foi feita pelos seus primeiros nomes, forma como são mais conhecidos em suas comunidades. Edilma e Mário representaram Estivas; Antonio Ferreira, José Carlos e Maria José, o Castainho; Espedito, Timbó; Antonio, Caluête; Jucicleide e Ielson, Estrela. Algumas instituições e entidades foram representadas de modo informal: a Universidade de Pernambuco – UPE, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, o Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e a injustiça, a Comissão Pastoral da Terra de Garanhuns, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e a banda musical Faces do Subúrbio. A reunião foi documentada em fotografia e vídeo por profissionais enviados pela Fundação Cultural Palmares.

O levantamento decorrente desta reunião oferece uma panorâmica das condições de vida das comunidades remanescentes de quilombo da região, sistematizados em comum acordo com os participantes, prevalecendo a opinião dos representantes das comunidades. Os representantes das instituições, fossem órgãos governamentais ou não, atuaram como articuladores das diversas comunidades e suas lideranças.

A metodologia utilizada evidenciou três itens que dariam conta de problemas comuns a todas as comunidades. Asseverou-se que seria elaborado um quadro com três colunas, onde se identificasse um problema, o cenário atual e propostas para melhoria do cenário. Os problemas apontados encamparam educação, saúde, abastecimento de água, infra-estrutura (transporte, estrada, saneamento, comunicação), questão fundiária, agricultura, geração de renda, assistência social, cultura, esportes e lazer, sem preocupação em hierarquizá-los no documento, embora em alguns momentos se tenha tratado da prioridade para alguns deles. A cultura, colocada ao lado dos esportes e do lazer, não foi priorizada: diante do quadro de deficiências que se observou, não havia como colocar o item como um dos primeiros na lista das comunidades: de modo geral, não havia políticas públicas de cultura, nem produção espontânea da comunidade.

Pelo identificado então, as cinco comunidades abrigariam 638 famílias. José Carlos, importante liderança da comunidade do Castainho, avaliou que cada família teria, em média, oito integrantes. Considerada esta possibilidade, estamos tratando de um universo de 5.104 pessoas, assim distribuídas, em número de famílias: Castainho, 148; Timbó, 175; Estrela, 125; Estivas, 110 e Caluête, 80 (dados de 2005).

O Castainho é a comunidade mais inserida no acesso a bens e serviços. São 183 hectares de terras tituladas para benefício coletivo, marcadas pela presença de grileiros em 20 hectares. A comunidade não possui abastecimento regular ou água tratada. A escola possui uma cisterna, abastecida semanalmente por carros-pipa. Não há posto de saúde. A escola, com uma professora, atendia a turmas multisseriadas, pela manhã e à tarde, em espaço limitado a uma única sala. Os problemas de infra-estrutura apresentaram-se inumeráveis, já que, em termos de transporte, falta regularidade aos coletivos e a estrada, especialmente durante o inverno, torna o acesso precário; não há saneamento e, quanto à comunicação, a telefonia pública mostrou-se deficiente, a cargo de um orelhão, com caráter de celular rural, sem manutenção. Não há programas de capacitação para geração de renda. Uma casa de farinha é dividida pelas famílias, que fazem da mandioca um importante recurso. A ociosidade predomina entre os jovens que não estão na escola e a gravidez na adolescência é problema recorrente. A comunidade dispõe de biblioteca com cerca de 400 livros, especialmente entre didáticos e paradidáticos. A ação do Festival de Inverno de Garanhuns, através de oficinas culturais patrocinadas pela FUNDARPE, possibilitava, principalmente ao Castainho, pela localização de ações diretas na comunidade, algumas modificações em termos da produção cultural da comunidade, a partir da expressão artística. É, provavelmente, a comunidade que mais recursos conquistou, advindos de políticas públicas em seu benefício. Em 2008 foi construída uma nova casa de farinha para a comunidade.

Nas demais comunidades predomina a não titularidade da terra, com desmatamento na região do Timbó e registro de ameaça à integridade da liderança, em função da disputa pela terra e da especulação imobiliária. A dificuldade de acesso a créditos, a ausência de capacitação e assistência técnica rural são elementos que caracterizam parte das dificuldades vivenciadas para produção de renda nos sítios. Timbó dispõe de açude sem água tratada, Estrela possui uma cacimba e água sem tratamento. Algumas casas possuem instalações hidráulicas e caixas d'água sem abastecimento regular. O Caluête dispõe de fornecimento de água para algumas casas que têm água encanada, mas o abastecimento acontece a cada oito dias. Como Estivas, para a maioria a água não tem tratamento; o abastecimento é precário, não chega a toda a comunidade. A infra-estrutura de telefone público, transporte, saneamento e estrada simplesmente não existe. Durante o inverno, é quase impossível o acesso a todas as comunidades, à exceção do Castainho, cuja rodagem é precária, mas possível, apesar do

lamaçal. As ações em prol da geração de renda, ainda não regulares, reduzem-se à manutenção de casas de farinha pela própria comunidade no Castainho, Timbó e Estrela. Esta última dispõe de mulheres que se ocupam como diaristas nas casas da cidade e uma pequena produção de mel. Em Estivas, existe uma antiga reivindicação para construção de uma barragem para piscicultura, nunca atendida. O Caluête planta mandioca e não tem qualquer tipo de capacitação que estimule a geração de renda. Embora programas como o PETI, Agente Jovem ou Sentinela estejam presentes nas comunidades, as metas são consideradas insuficientes, já que a incidência de gravidez na adolescência e a ociosidade juvenil são uma constante.

Esta panorâmica, com potencialidade para pesquisa historiográfica, caracteriza um ambiente onde vivem pessoas cuja historicidade se pauta na remanescência afro-brasileira.

Diversificação de fontes: entre a escrita e a oralidade

A oralidade é patrimônio cultural imaterial que embute representações e significados diversos. Ninguém vive na ou da escrita, se não por intermédio de uma obra. A relação entre a oralidade e a escrita tem por base a necessidade de registro e preservação: (...) é necessário reconhecer que a fonte oral não é o outro da fonte escrita: fazem parte, tanto, uma quanto outra, do sistema escriturístico moderno (Guimarães Neto, 2006: 47).

Em termos da individualidade humana, a idéia de auto-preservação, entendida a partir da possibilidade de sintetizar a (ou uma) verdade, embasa o imperativo do registro documental. Observada por um prisma mais profundo e recorrente, a autopreservação é reflexo de uma característica humana da qual a racionalização científica não deu conta: a necessidade de se eternizar. Como referente para o pensamento histórico tradicional, baseado na racionalidade, e as convenções que o circundam, a escrita serve como principal suporte para expressão do chamado racionalismo científico e os bens materiais servem como importante canal para a busca de perenidade existencial.

Mas não é exclusivamente com base no racionalismo científico que as relações sociais se estabelecem. A comunicação humana se dá, no seu caráter imediato, pela oralidade. É a oralidade que traduz e é traduzida pela escrita, nas suas múltiplas, infinitas e imprevisíveis, às vezes improváveis, interpretações. A comunicação humana tem por base, e é conduzida, pela oralidade, embora a escrita esteja mais presente na

maioria dos grupos sociais engajados numa contemporaneidade massificada por veículos de variadas mídias, que oferecem uma falsa sensação de que todos são contemplados, igualmente, pelas benesses da tecnologia.

Em história, o uso de documentação manuscrita é tratado como fonte primária. Se, pela chamada história oral, o depoimento é fonte primária, não há porque desconsiderá-lo como resultante de reuniões. Em termos de documentação e registro de memórias, as atas de reuniões são fontes primárias de pesquisa. A partir delas, se obtém informações sobre condução e encaminhamento de procedimentos formais. Ao reconhecer o resultado de uma reunião como fonte de pesquisa, através da geração de um documento formal, como a ata, estar-se-á valorizando o papel que cada indivíduo, ou cada coletivo, possui na construção da sociedade. Como o documento escrito não está acessível a todos, os graus de dificuldade para acesso a ele implicam um investimento que nem todos podem fazer ou acessar.

Acredito ser esta uma forma de estimular o protagonismo social reclamado por muitos movimentos sociais. Ainda que o indivíduo, em determinado momento, tenha dificuldade de expressão, num meio em que comportamentos ou códigos socialmente aceitos são restritos a poucas formas de linguagem, no momento em que se expressa ou é incentivado a se expressar (sem que alguém possa influenciar diretamente a produção de sentidos diversos no conteúdo), estará sendo capaz de dizer de suas necessidades e interesses, uma vez que seus direitos – um deles, o de participar de grupos reivindicatórios – sejam reconhecidos pelo grupo em que está inserido. Esta é uma ação que tem fundamento político na autogestão, na conquista de autonomia de indivíduos e de coletivos, através de suas representações, que não precisam ser lideranças de projeção, mas pessoas capazes de se fazer compreender, ainda que não cumpram os códigos predominantes, na sua forma integral. Podem ser, simplesmente, indivíduos que conhecem os problemas da comunidade, que se interessam pelo seu encaminhamento e solução e que obtenham da comunidade, de alguma forma, delegação para representá-la.

Retomando a questão da ata de reuniões, um problema recorrente é a assinatura, que representa a autorização do indivíduo para uso da responsabilidade por ele assumida ao atestar o documento com a impressão, de próprio punho, do seu nome, abaixo do texto grafado. A assinatura é um problema porque é possível que um representante de comunidade, mesmo capaz de verbalizar de forma clara e objetiva quaisquer situações ou demandas, seja analfabeto ou analfabeto funcional, capaz apenas de desenhar o

próprio nome; ou mesmo saiba ler, mas seja incapaz de escrever. Neste caso, a utilização da impressão digital seria a alternativa imediata para responsabilizar o indivíduo.

Por mais que a intenção seja registrar a participação do indivíduo no processo, ao lhe ser solicitado imprimir seus traços digitais no documento gerado, pode estar caracterizada ação discriminatória contra quem não domina a linguagem escrita. Neste caso, a oralidade é sacrificada em função de um código gráfico. A idéia de reunir aqueles que dominam os trâmites institucionais e os códigos linguísticos com os que se iniciam na prática política é uma espécie de proposição, em que se coloca uma tentativa de equilibrar os saberes para um fim comum, mas gera uma situação de dependência, quando indivíduos delegam a outrem a condução do seu próprio discurso.

Um exemplo interessante da atribuição de valores a conhecimentos históricos que podem e são reproduzidos na comunidade é a feijoada. No II Encontro das Comunidades Remanescentes de Quilombo, ocorrido em Garanhuns de 19 a 22 de novembro de 2007, em almoço com o líder do Castainho, José Carlos Silva, o depoimento dado por ele enriquece este raciocínio. Ele diz: – não é porque sou negro que tenho que gostar de feijoada; no ano passado, serviram feijoada, como se ela fosse o prato preferido de todo negro. Esta fala não integra um depoimento formal, mas reflete uma reação ao modo de pensar institucionalizado por uma maioria que tem acesso a veículos de comunicação e atua junto a instituições promotoras de políticas públicas. Neste caso, como pesquisadora, sem qualquer delegação, senão a do meu próprio ofício, testemunho a reação apresentada pela liderança comunitária, como sujeito que sou do meu próprio objeto de estudo.

Por ter como ponto de partida a oralidade, as práticas culturais ditas populares, incluídas as de origem afro-brasileira, não primaram pelo registro escrito ou por um ordenamento da documentação que conseguiu armazenar. Poucos são os registros existentes, lacunas são freqüentes e as respostas a questões sobre sua origem e passado não estão disponíveis, o que não chega a ser um aspecto limitador, já que remetem a novos questionamentos e reflexões sobre o sentido cultural de cada uma das diversas formas de expressão, inclusive da historiografia. A memória, traduzida pelas lembranças, ainda que divergentes entre indivíduos, é uma construção coletiva e pode

ser capturada, em benefício da pesquisa, inclusive como fonte para a chamada história oral, ainda que não por intermédio de um depoimento formal.

A escrita e a leitura são recursos prospectivos de comunicação, nem de longe dão conta do fazer dos grupos e dos significados embutidos pelas suas práticas, na totalidade. Por isso é importante incluir, na pluralidade de tempos e temas do ofício do historiador, uma estratégia de coleta de depoimentos que extrapole os limites formalmente instituídos na prática historiográfica.

A mesma atitude de respeito ao documento escrito, cuja orientação para não danificar e não rasurar são princípios de um comportamento ético do pesquisador, está posta para o depoimento colhido por intermédio da entrevista. Respeita-se a fala do entrevistado e, numa transcrição *ipsis litteris*, até a grafia de palavras não dicionarizadas ou vícios de linguagem permanecem intocados, preservando-se os sentidos atribuídos pelo depoente, no seu testemunho. Pode-se manter esta atitude quando o pesquisador captura um depoimento do qual é testemunha, ainda que o discurso não esteja inserido numa coleção sistematizada de fontes.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Carlos Humberto P. *História Oral, teoria e técnica*. Florianópolis: UFSC, 1978.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.
- MEIHY, José Carlos Sebe B. e HOLANDA, Fabíola. *História oral – como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.